



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 14/08/2012 às 16h32
Valéria / Mat. 46957

CONGRESSO NACIONAL

MPV 575

00034

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 14/08/12	Medida Provisória nº 575, 07/ago/2012
------------------	---------------------------------------

Autor Deputado Izalci - PR	Nº do Prontuário
-------------------------------	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o artigo 1º da Medida Provisória nº 575/2012, para se modificar a redação do artigo 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para a seguinte redação:

"Art. 28. A União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a sete por cento da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes excederem a sete por cento da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

Justificativa:

1. A proposição altera o artigo 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 ao aumentar o limite de comprometimento com despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das PPP de 5% da receita corrente líquida – RCL – como previsto no texto original da Medida Provisória para 7% da RCL.
2. Embora se entenda que o aumento proposto pela Medida Provisória, de 3% para 5%, seja minimamente necessário, entende-se que o vulto dos projetos de infra-estrutura que precisam ser desenvolvidos no país exige maior capacidade de endividamento por parte dos Estados e Municípios, sem o qual estes entes se estarão aliçados das condições de contratação e execução de todos os planos de investimentos para os próximos anos.
3. A utilização das parcerias público privadas ("PPP") para realização desses investimentos é essencial considerando-se a ausência e a inconveniência na realização direta pela União, e principalmente pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, que têm baixa capacidade de investimento.
4. A adoção de um percentual de comprometimento mais elevado viabilizará a efetiva realização desses investimentos, o que foi obstado pelos níveis anteriores, sabidamente insuficientes, o que justifica a presente proposição, de modo a dar um efetivo estímulo ao crescimento do país.

PARLAMENTAR

318
MPV 575